



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

AVALIAÇÃO ESCOLAR

ROSIANE RISSI MAIA

BELO HORIZONTE, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

AVALIAÇÃO ESCOLAR

ROSIANE RISSI MAIA

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosiane Rissi Maia

AVALIAÇÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em ---- de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof^o Avaliador

Prof^a Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira- Orientadora

Rosiane Rissi Maia – Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à Deus e minha família que me apoiam sempre e em especial para minha amiga Sandra Maria Moreira Campos pela atenção e apoio em todos os momentos.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar a relação entre as concepções pedagógicas e os significados da avaliação no contexto escolar. Buscou-se entender o conceito de avaliação da aprendizagem no processo educacional atual e como era vista a mesma em época anterior. E através de concepções dos processos de avaliação analisar a avaliação escolar no conceito da Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu dentro de uma visão de gestão democrática e que trabalha com a participação de toda a comunidade escolar: pais, professores, funcionários, alunos, enfim todos os interessados em prol do bem comum e do sucesso da aprendizagem na referida Escola. Levou-se em conta para está análise a proposta pedagógica da escola e do município ao qual ela esta inserida, as decisões e questionários utilizados na elaboração do Projeto Político Pedagógico; assim como a consulta e análise dos resultados das avaliações internas e externas da instituição escolar.

Palavras-chave: avaliação da aprendizagem, gestão democrática, educação de qualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
1.AVALIAÇÃO ESCOLAR	07
1.1 A avaliação e a gestão democrática da escola	09
1.2 O processo de avaliação escolar na Escola Municipal Centro Social Manoel Jacinto de Abreu	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
REFERÊNCIAS	16
ANEXO	17

INTRODUÇÃO

Durante a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu foi observado que o ponto fundamental para o sucesso da aprendizagem e o bom desempenho da escola na busca de uma educação de qualidade é a avaliação escolar.

A escolha do tema foi avaliação escolar, pois trata-se de um tema muito polêmico e, tema esse que gera angústia e sentimentos contraditórios entre alunos e professores, interferindo diretamente nas ações da gestão para obtenção de resultados satisfatórios na instituição. Diante disso buscou-se observar como o processo avaliatório ocorre na escola abaixo citada para a partir daí analisar como a avaliação tem evoluído, se gestores, professores e alunos tem conseguido alcançar melhores resultados e o quê ainda precisa ser feito preocupando não somente com os resultados, mas com a finalidade de descobrir o por quê dos resultados e como melhorá-los.

Na Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu a avaliação demonstra ser um ponto forte no desenvolvimento dos trabalhos. Tem como objetivo ajudar o aluno em suas falhas e analisar assim também o trabalho do docente.

Necessário se faz observar qual tipo de avaliação predomina, se esta é feita ao longo dos trabalhos escolares ou somente ao final dos bimestres, se o aluno é avaliado em todos os aspectos e observado quanto às suas habilidades e competências. Analisando, ainda, se a avaliação diagnóstica prevalece sobre a avaliação formativa.

Ressaltando que avaliação é processo essencial e contínuo, o qual deve acontecer em todos os níveis: avaliação da instituição escolar, avaliação do corpo docente e da equipe pedagógica, dos gestores e, fundamentalmente, avaliação dos alunos para que se observe se a aprendizagem se concretizou.

1. AVALIAÇÃO ESCOLAR

A avaliação deve ser entendida como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas, para que o mesmo possa redirecionar seu trabalho e adequar sua prática às necessidades colocadas pelos alunos; levando em conta os objetivos a serem alcançados.

É preciso que a avaliação escolar esteja a serviço da aprendizagem e seja vista como um instrumento pedagógico para a reflexão e reavaliação da prática docente, e não como um instrumento bloqueador do desenvolvimento do aluno e de discriminação do mesmo, o que ocorre comumente quando ela é usada de forma autoritária e definitiva.

Antes de ser considerada para medir, o conhecimento e a aprendizagem do aluno, a avaliação deve ser vista como parte integrante do processo de ensino aprendizagem e instrumento de grande valia para aferir o grau de interação dos alunos e questionar a prática de sala de aula.

A avaliação se faz presente em todos os domínios da atividade humana. “O “julgar”, o “comparar”, isto é, “o avaliar” faz parte de nosso cotidiano, seja através das reflexões informais que orientam as freqüentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões (Dalben, 2005, p.66)

Dentro de uma escola a avaliação deve ser um processo contínuo e que utilize várias estratégias e diversos instrumentos, trabalhados durante todo o ano letivo. É importante levar em conta que a avaliação escolar deve acontecer em todos os níveis, e não somente, avaliação dos alunos, a saber: a avaliação da própria instituição escolar, do corpo docente, dos métodos e empregados, da equipe pedagógica, do currículo e, necessariamente, dos alunos para que se observe se a aprendizagem pretendida ocorreu realmente para todos os alunos.

Para que? E como avaliar?

Segundo Alvarez Méndez (2002), ao indagar a respeito do objetivo da avaliação, ou sobre o porquê e para quê avaliar, sustenta que a resposta nos remete, necessariamente, ao sentido que tenha o conhecimento ou que a ele seja atribuído. De acordo com esse autor,

o conhecimento deve ser o referente teórico que dá sentido global ao processo de realizar uma avaliação, podendo diferir segundo a percepção teórica que guia a avaliação. Aqui está o sentido e o significado da avaliação e, como substrato, o da educação. (p. 29)

Nesse sentido observa-se que a avaliação está estritamente ligada à natureza do conhecimento, e uma vez reconhecida essa natureza, a avaliação deverá ajustar-se a ela.

Uma outra visão é a de que a prática de avaliação dos processos de ensino e de aprendizagem ocorre por meio da relação pedagógica que envolve intencionalidades de ação objetivadas em condutas, atitudes e habilidades dos atores envolvidos. Nessa perspectiva o professor interpreta e atribui sentidos e significados à avaliação escolar, produzindo, conhecimentos e representações a respeito da avaliação e acerca de seu papel como avaliador, baseando-se nos seus conhecimentos e vivências.

A avaliação que deveria ser um instrumento auxiliar do trabalho do professor, mas como se pode observar através de estudos e textos, o processo de avaliação, tradicionalmente, mostra-se como procedimentos de classificação e seleção, e sempre desenvolveu, nos profissionais da educação uma gama de sentimentos e sensações desagradáveis tais como: medo, desconfiança e angústia, sensações, essas vividas com maior intensidade pelos alunos avaliados.

Em qualquer nível de ensino em que ocorra, a avaliação não existe e não opera por si mesmo; está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, quase sempre determinado pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino como afirma Caldeira (2000):

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (p.122)

Questionar a importância da avaliação, não soluciona a questão em nenhum momento. Pois é inegável o papel desempenhado pela avaliação, especialmente na etapa da educação fundamental onde ela irá mostrar as falhas, os pontos fracos e os pontos fortes no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando aos professores e a equipe pedagógica da escola um conhecimento, ainda que restrito dos alunos para que se proceda na reflexão dos caminhos que levem ao sucesso

escolar; neste âmbito a avaliação desempenhará uma função informativa tanto para os professores quanto para os alunos.

A avaliação não pode ser abolida do contexto escolar, o que se faz necessário é a mudança na maneira de avaliar levando-se em conta que ela deverá ser mais diagnóstica do que informativa e classificatória, não promovendo a exclusão, a seleção e a comparação.

1.1 A AVALIAÇÃO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Se nos perguntamos qual a função da avaliação e questionarmos para que avaliamos, vamos nos deparar com a questão do sucesso ou fracasso do aluno, e muitas vezes, com o fracasso da instituição escolar.

Tradicionalmente, identificam-se os processos de avaliação com procedimentos de classificação e seleção. Nessa perspectiva, a avaliação vê-se reduzida a simples mecanismo de verificação da aprendizagem, trazendo uma visão de punição ou prêmio, quando determina os alunos aprovados ou reprovados. Não se pode imputar a culpa pelo fracasso escolar apenas na avaliação, no entanto não podemos inocentar plenamente o processo avaliativo dessa culpa.

Vários são os fatores que determinam o sucesso ou fracasso da aprendizagem na escola.

Dentro de uma visão de gestão democrática e participativa a avaliação deve cumprir um novo papel e ser trabalhada de diferentes formas levando em conta a observação o diagnóstico e a prática docente.

A escola precisa essencialmente preparar-se para reconhecer as diferenças e saber lidar com elas; para conviver com múltiplos interesses e com diferentes pontos de vista, diversas práticas pedagógicas e distintos ritmos de aprendizagens para realmente se buscar o sucesso.

A observação cotidiana, a busca de informações constantes sobre o aluno e sobre o conhecimento, a habilidades que ele adquiriu são de grande valia para a realização de uma avaliação diagnóstica e formativa que contribua para o sucesso escolar.

A avaliação institucional é necessária para se levantar dados que possam ajudar a direção do trabalho da gestão escolar.

E a avaliação aqui tem como finalidade servir como instrumento fundamental, na reflexão da prática pedagógica dos docentes e na tomada de decisões pelos gestores em relação ao ensino aprendizagem.

Faz-se necessário definir como avaliar e qual o papel que a avaliação deve cumprir na escola, o que pretende o professor ao avaliar seus alunos, e com que frequência a avaliação deve acontecer.

Todas essas questões devem ser discutidas e as respostas a elas buscadas pela equipe pedagógica e os docentes dentro de uma escola em se realiza a gestão democrática e participativa, podendo ainda contar com a participação dos pais e alunos.

Sabendo que a avaliação da aprendizagem pode fornecer informações valiosas sobre o que acontece na prática pedagógica ela deve ser um tema para reflexão e que deve ser discutido por toda a comunidade escolar na busca de bons resultados na construção da qualidade da Educação que a escola ministra. Bem como a avaliação da instituição e da equipe da escola podem também ser muito úteis para a gestão escolar.

É necessário que a avaliação da escola seja diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos embora ambas estejam intimamente ligadas e uma sirva de apoio à outra.

Análise das instituições como um todo, das condições que muitas vezes interferem negativamente no resultado da aprendizagem dos alunos e a avaliação da aprendizagem, por sua vez revelam-se como importantes referências para que a instituição consiga atingir objetivos e proporcionar uma educação de qualidade.

Segundo Souza e outros pensadores, os indicadores para a avaliação da aprendizagem também podem auxiliar no processo de envolvimento das pessoas no coletivo da escola:

indicadores bem concedidos, que sejam apropriadamente utilizados, podem servir como incentivos positivos para o desenvolvimento da escola. Se indicadores de aprendizagem estudantil encorajam estudantes e professores a focarem o trabalho em habilidades e capacidades, se eles ajudam a identificar necessidades ou problemas (...) então os indicadores poderão ser utilizados mais cotidianamente (DARLING-HAMMOND e ASCHER, 1991, P.37).

Bem como de forma proporcional à avaliação da aprendizagem os indicadores podem ser de grande valia para a avaliação institucional:

se indicadores do contexto escolar ou da performance escolar ajudam as escolas e suas comunidades a monitorar a qualidade de oportunidades disponíveis aos estudantes, se eles provêm ricas informações para a solução de problemas locais da escola, então eles apoiarão processos de tomada de decisões responsáveis e, ao longo do tempo, mais educação com controle social (DARLING-HAMMOND e ASCHER, 1991, P.37).

No entanto há que se estabelecer quais indicadores devem ser elaborados para a avaliação.

A construção desses indicadores deverá levar em conta a função social da escola, os resultados e objetivos que se pretende atingir dentro de uma postura democrática da gestão escolar participativa.

Quando existe uma organização participativa na construção do processo avaliativo institucional ocorre uma relação positiva entre gestão, avaliação e prática pedagógica.

Definir metas, rumos de como avaliar e por quê avaliar contribui para a definição de indicadores e conduz a busca de resultados que promovam a aprendizagem.

1.2 O PROCESSO DE AVALIAÇÃO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL CENTRO SOCIAL PROFESSOR MANOEL JACINTO DE ABREU

Concebendo-se a avaliação como um conjunto de ações que auxiliam o professor a levar em conta as condições de aprendizagem oferecidas para a partir daí redirecionar sua prática pedagógica e ajustá-la às necessidades dos alunos, pode-se observar que na Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu a avaliação tem passado por processos evolutivos e constitui-se um ponto forte do trabalho, pois tem sido alvo de reflexões e questionamentos de toda a equipe pedagógica e corpo docente.

Partindo da idéia que a avaliação é parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, a observação e registro de atividades e das competências dos alunos favorecem a busca de uma avaliação diagnóstica mais eficiente, sobrepondo-se a avaliação formal excludente que é muito falha.

Muito se tem feito na busca de uma visão diferente quanto ao processo de avaliação escolar dos alunos.

Não se pode dizer que essa nova perspectiva está totalmente concretizada e que todos os docentes já realizam uma avaliação totalmente diagnóstica, porém as mudanças têm acontecido e a questão da avaliação tema tão polêmico tem sido revista, buscando-se cada vez mais respeitar o aluno, suas necessidades, sua realidade social e suas competências.

Na busca de uma avaliação menos autoritária, menos tradicionalista, os professores buscam registrar dentro do contexto da sala e da escola as aprendizagens dos alunos; procurando aferir o grau de interação dos mesmos seus progressos e habilidades desenvolvidas.

Nessa escola são feitos portfólios do aluno e do professor para registro dos conteúdos e acompanhamento da evolução do aluno e das habilidades trabalhadas para o desenvolvimento das competências. As atividades trabalhadas pelo professor são acompanhadas e analisadas pela Especialista de Educação; e os assuntos pertinentes a prática pedagógica, assim como o resultado das avaliações são comunicados ao Conselho Escolar para análise e reflexão.

O conselho será a voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu Projeto Político Pedagógico. Assim, o conselho será um instrumento de tradução dos anseios da comunidade, não de legitimação da voz da direção.(CURY, 2000 .p. 25)

As avaliações dos profissionais que atuam na escola e também as avaliações da instituição são realizadas periodicamente dentro da proposta da Secretaria Municipal de Educação do município e com a participação da comunidade escolar, visando sanar deficiências e criar um ambiente rico em aprendizagem e o sucesso na busca de uma educação de qualidade ao alcance de todos.

Através da observação dos resultados das avaliações internas e externas são criadas estratégias para melhorar os resultados e conseguir sucesso na aprendizagem. Buscam-se estratégias de reforço e ensino alternativo para os alunos com ritmo mais lento e ou Necessidades Especiais.

Tem sido bem positiva a forma de avaliar da Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu, pois busca através dos resultados traçar estratégias para suprir as falhas e assim atingir a tão desejada educação de qualidade para todos e criando assim parcerias fortes e espírito de comprometimento da equipe pedagógica, professores, comunidade escolar, pais e aluno

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da aprendizagem não deve ser o fim único da educação, mas desempenha importante papel na busca do ensino e de uma educação de qualidade.

A finalidade da avaliação deve servir como instrumento essencial na tomada de decisões na escola que busca cada vez mais a gestão participativa.

A avaliação da aprendizagem deverá cumprir um novo papel em um novo contexto escolar.

Contexto esse em que a escola privilegie a avaliação diagnóstica e informativa, com uma constante observação do dia a dia do aluno, seus progressos e evolução; preparando-se para reconhecer as diferenças e saber lidar com elas. Aprendendo assim a conviver com diferentes interesses e diferentes ritmos de aprendizagem.

Nessa nova visão de avaliação o que se pretende é assegurar aos alunos as condições para aquilo que é indispensável à sua formação enquanto seres humanos; trabalhando-se as estruturas cognitivas que lhes permitam compreender o mundo real e a evolução tecnológica e científica; e, enquanto cidadãos desenvolvam a capacidade de cumprir os seus deveres e, de fazer valer os seus direitos preparando-se para exercer a cidadania.

Assim saber avaliar bem é uma competência que todo professor e também todo gestor precisa ter, embora na realidade essa não seja uma qualidade pertinente aos profissionais da educação.

Na Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu nota-se uma preocupação em mudar os rumos da avaliação e os modos de se avaliar. Existe uma visão da importância de avaliar para diagnosticar falhas e perceber os acertos sem que a mesma se torne instrumento de seleção, classificação ou mesmo de exclusão.

No entanto muito ainda há que se fazer no aprimoramento dos mecanismos de avaliação para que se concretize a aprendizagem e uma educação de qualidade.

O grande desafio dos educadores nos tempos atuais é construir uma nova cultura de avaliação compromissada com o sucesso escolar e com uma educação de qualidade para todos. Os mecanismos de avaliação em todos os níveis e

momentos da vida escolar devem ser compreendidos como uma estratégia para a produção de diagnósticos e informações que possibilitem a identificação de falhas e problemas e contribuam a reelaboração das práticas pedagógicas e do processo educativo.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Mendes. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir**. Porto Alegre. Artmed. 2002
- CALDEIRA, Anna M. Salgado. **Avaliação e processo de ensino aprendizagem**. Presença Pedagógica. Belo Horizonte. 2000.
- CURY, Carlos R. Jamil. **Os Conselhos de Educação e a Gestão dos Sistemas**. São Paulo. Cortez, 2000.
- DALBEN, Ângela I. L. de Freitas. **Avaliação Institucional Escolar**. Presença Pedagógica. Belo Horizonte. 2005.
- DE SORDI, Maria Regina Lemes. **Alternativas pedagógicas no campo da avaliação, por que não**. Campinas. SP. Papirus 2001
- FRANCO, Creso. **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Editora Artmed Ltda. Porto Alegre. 2001
- LUCHESE, C.C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 2ª edição. São Paulo. Cortez. 1995
- LÜDKE, Menga. **Avaliação na escola de 1º grau: uma análise sociológica**. Campinas: Papirus, 1992.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 1999
- SOUZA, Ângelo Ricardo. **Gestão e avaliação escolar**. MEC. Curitiba. 2005. Citações de DARLING-HAMMOND e ASCHER, 1991 dentro desse texto extraído do Caderno 4 da Coleção Gestão e Avaliação da Escola Pública.

ANEXO

Projeto Político Pedagógico



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CENTRO SOCIAL PROFESSOR MANOEL JACINTO DE ABREU**

**ÉRICA ARAÚJO PEREIRA MENDONÇA
PATRICIA DAMASCENO
ROSIANE RISSI MAIA
SIOMARA AMÂNCIO**

**TRÊS PONTAS
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
CENTRO SOCIAL PROFESSOR MANOEL JACINTO DE ABREU**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

TRÊS PONTAS

2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. FINALIDADES DA ESCOLA	08
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	10
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa.....	10
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	11
3. CURRÍCULO	14
4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. RELAÇÕES DE TRABALHOS	18
7. AVALIAÇÃO	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	27
ANEXOS.....	30

INTRODUÇÃO

O estudo do planejamento e gestão educacional, e de modo particular a sua aplicação, são de enorme importância, ao mesmo tempo em que se apresentam como um grande desafio aos gestores escolares.

A questão principal do planejamento é expressar a capacidade de se transferir o planejado para a ação. Assim sendo, é preciso repensar todo o planejamento escolar, e isto só pode ser feito através do Projeto Político Pedagógico, respondendo as exigências de uma sociedade que está em constantes mudanças, torna-se urgente o movimento constante de reflexão – ação – reflexão. Assim, o PPP se tornará importante instrumento na formação do aluno. E isto é revalidado nas palavras de Paulo Freire (2001): “é pensando criticamente a prática de hoje, ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Conforme Aguilar (1997), o Projeto Político Pedagógico deve alcançar as dimensões Estrutural e Conjuntural da sociedade, Ética Valorativa, Espaciais, Temporais e Culturas da instituição e por fim o Processo do Conhecimento. Sobre estas dimensões o autor afirma que:

Para consolidar a relação entre instituições educacionais e sociedade é necessário conhecer os determinantes que condicionam sua organização no âmbito econômico e político. Esses determinantes devem ser contemplados se queremos responder a seguinte pergunta: que indivíduos estamos formando para viver nessa sociedade? (AGUILAR, 1997, p. 7)

A Escola Municipal Centro Social Professor Manoel Jacinto de Abreu, Educação Infantil e 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, foi criada pela Lei Municipal Nº 558, de 07 de agosto de 1967, pelo Sr. Prefeito Manoel Jacinto de Abreu Filho.

O nome foi dado em homenagem póstuma ao Prof. Manoel Jacinto de Abreu, trabalhador em prol da educação do município, servindo gratuitamente, também, como Inspetor Escolar Municipal por muitos anos, após sua aposentadoria como professor da rede estadual de ensino. O funcionamento da escola foi autorizado pela Portaria nº 107/78, de 07 de abril de 1978.

A Escola Municipal Prof. Manoel Jacinto de Abreu, atende cerca de 110 crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), é integrante da Rede Municipal de Ensino, e está situada à Rua Joaquim Vieira Marques, 39, Distrito de Quilombo Nossa Senhora do Rosário, no Município de Três Pontas – MG. Tel. (035) – 3266 – 4093.

O Centro Municipal de Educação Infantil Tamanquinho de Anjo, foi criado pelo Decreto Nº 4728, de 15 de março de 2005, pelo Senhor Prefeito Paulo Luis Rabello e Portaria de autorização SEE nº 35/2005. O Centro Municipal atualmente atende cerca de 46 crianças de 0 a 3 anos, tendo como função “o cuidar e o educar”, sendo situado no mesmo endereço da escola.

Apesar de pequena a escola apresenta um prédio em ótimo estado com salas bastante amplas e um bom espaço no pátio para as crianças brincarem. A escola divide o prédio com o Centro Municipal de Educação Infantil Tamanquinho de Anjo que atende crianças de 0 a 3 anos. Além do espaço físico, a Escola e Centro dividem quase tudo: auxiliares de serviços gerais, funcionários da secretaria, materiais didáticos – pedagógicos. A escola conta com 5 salas de aula bem amplas, 4 banheiros (masculino e feminino), 1 banheiro para funcionários, 1 sala de educação especial, 1 secretaria, 1 cozinha, 1 refeitório, pátio para as crianças, 1 depósito de merenda, 1 consultório odontológico, sala de informática e biblioteca. O Centro Municipal de Educação Infantil possui: 1 berçário, 2 salas de recreação, 1 banheiro, 1 brinquedoteca, 1 pátio. O centro utiliza o refeitório e a cozinha da escola.

A escola e o Centro de Educação Infantil oferecem para as crianças espaços limpos, bem cuidados, arejados. O Centro apresenta uma boa estrutura, pintura das paredes, organização das salas, refeitório que tudo é muito bem conservado.

A escola possui uma diretora e uma especialista em educação que ficam responsáveis pela parte administrativa – pedagógica e busca constantemente ofertar para professores e demais funcionários cursos de capacitação, os professores desta instituição apesar de já terem formação superior estão cursando a formação específica na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

As funcionárias da limpeza e merenda também recebem cursos periodicamente sobre higiene e alimentação. Todas as “educadoras infantis” que trabalham com as crianças de 0 a 3 anos possuem formação em Magistério e recebem orientações constantes da Técnica Pedagógica do município através de reuniões e cursos. A escola também possui um profissional formado em Educação

Especial para atender os alunos com necessidades educacionais especiais. O município busca sempre capacitar os professores que fazem parte do programa “Ensino Alternativo”, que é um programa que atende crianças com necessidades educativas especiais através da sala de recursos, estes professores se tornam multiplicadores, auxiliando os professores regentes de turma. A escola também conta com 1 professor de Educação Física, 1 dentista e 1 auxiliar odontológica que faz todo o trabalho de escovação com os alunos.

A escola disponibiliza de um avançado centro de recursos equipado com livros, fitas de áudio e de vídeo, CDs diversos, jogos pedagógicos para facilitar ainda mais o aprendizado.

A biblioteca é bem diversificada, neste espaço os alunos e os professores podem encontrar livros variados, são mais de 500 exemplares de livros (fábulas, contos, poesias, livros sonoros, etc.) e também um data - show para exibição de filmes e enriquecimento das aulas. Possui também uma sala de informática com 25 computadores de última geração e internet, uma sala de recursos para atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. É dotada de aparelhos eletroeletrônicos diversos: sons, microcomputadores, impressoras, DVDs, televisão, câmera digital, entre outros. Além disso recebeu uma mesa alfabeto que oferece diversos jogos e atividades para todas as crianças, mas principalmente para as crianças com necessidades educacionais especiais.

Uma das maiores queixas dos professores e demais funcionários é com relação às famílias dos alunos e segurança, pois a instituição já sofreu atos de vandalismo por várias vezes. A comunidade enfrenta problemas com jovens que usam drogas, e a pracinha em frente à escola é o ponto de encontro destes jovens à noite. Mas a instituição faz um trabalho de conscientização com os alunos.

A participação das famílias no contexto escolar é de suma importância, pois somente a união entre família e escola é que o processo de ensino aprendizagem realmente se efetivará. A participação da comunidade é feita através de reuniões periódicas, mas devido aos pais trabalharem no campo, o comparecimento nas reuniões fica prejudicado. Mas, uma grande parte dos pais participam das reuniões mensais, dos eventos da escola. Diante disto Szymanski (2001, p.68) ressalta que: “A condição de famílias trabalhadoras dificultam um acompanhamento mais próximo do trabalho acadêmico das crianças (...). Mas, mesmo assim, muitas demonstravam boa vontade, e colaboram(...)”.

Outra forma de participação da comunidade na gestão escolar é através do colegiado. Compete ao colegiado participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Escola, acompanhar e aprovar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da Escola, propor o desenvolvimento das ações previstas no Projeto Político-Pedagógico da Escola, em articulação com Associações de Bairros, Associações de Pais e Mestres, Grêmios Estudantis, Conselhos de Classe ou de Ciclo, Sindicatos e outras formas de parcerias, alianças e ações de voluntariado.

Percebe-se que o projeto político-pedagógico foi construído levando-se em conta a realidade que circunda a escola; realidade que se expressa no contexto da sociedade: econômico, político e social; e aquela que se verifica ao entorno da escola. A realidade da sociedade, certamente, afeta a vida da escola, assim como também afeta a sua realidade interna específica, o seu funcionamento, possibilidades e limites.

A construção do projeto político pedagógico é voltada para o cotidiano da comunidade em que a escola está inserida, pois se tratando de uma escola de zona rural, a valorização dessa realidade é indiscutível. Outros pontos destacados no projeto político pedagógico são com relação as metas a serem alcançadas, as relações de trabalho, a relação professor/aluno, a organização e descrição curricular, ao perfil dos alunos e profissionais da escola, a verificação e processos de avaliação da aprendizagem, aos programas de formação continuada.

Finalizando para que a escola possa conseguir alcançar realmente os seus objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

No contexto atual o grande desafio de toda a sociedade é oferecer educação de qualidade para todas as crianças, ressaltando como um direito fundamental de todo o cidadão. Na busca dessa educação de qualidade é preciso se perguntar quais são as finalidades da escola? Como educar no mundo globalizado de hoje?

De acordo com Dourado, Oliveira, Santos (2010), a qualidade da educação é entendida como um fenômeno complexo, deve ser abordada a partir de várias perspectivas que asseguram dimensões comuns. Assim essa qualidade é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, destacando que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos representados pelo desempenho dos alunos. Ainda segundo os autores, as condições e os insumos para a oferta de um ensino de qualidade são fundamentais para a construção de uma boa escola ou um escola eficaz, articulando-se as dimensões organizativas e de gestão que valorizem os sujeitos envolvidos no processo.

A escola discute e define coletivamente as suas finalidades: cultural, política e social, de formação profissional e humanística, promovendo ações que desenvolvam nos alunos todas as suas potencialidades.

A finalidade cultural garante o acesso aos conhecimentos produzidos pela humanidade, bem com todas as manifestações culturais dos diversos povos, nas suas diversidades, tendo em vista uma melhor compreensão da complexidade e integralidade da sociedade brasileira e do mundo. Na escola é trabalhado principalmente as culturas afro e indígena, valorizando a cultura local como comunidade remanescente de quilombo.

Na finalidade política e social, incluem-se conhecimentos e atividades que visam à formação política e social, abrangendo ações que dizem respeito aos direitos e aos deveres do cidadão, por exemplo. Há promoção de atividades sobre política, segurança, respeito ao meio ambiente, entre outras. Também estão compreendidos os processos de desenvolvimento científico e tecnológico no contexto social, político e econômico que provocam mudanças e inovações nos processos produtivos e, conseqüentemente, no mundo do trabalho. É necessário

que respeite as contradições e problemas que a complexidade da sociedade global e tecnológica impõe.

Na finalidade humanística, deve estar prevista a formação da pessoa na sua afetividade, sensibilidade, valores, princípios e emoções. No PPP essas finalidades devem ser integradas, tendo em vista a formação humana integral do aluno.

A E.M.C.S. Profº Manoel Jacinto de Abreu tem a missão de propiciar a cada educando chegar ao máximo do que pode ser naquilo que tem de melhor como ser humano, que possa crescer e se aprimorar, e que tudo isso venha a se refletir na qualidade de sua vida, dentro do seu ambiente físico, psicológico e social. O objetivo da escola é trabalhar por uma educação que realmente interfira na qualidade de vida do ser humano.

Assim percebe-se que a criação de condições, dimensões e fatores para a oferta de um ensino de qualidade social também esbarra em uma realidade marcada pela desigualdade sócio – econômica – cultural das localidades e dos sujeitos envolvidos.

Neste contexto, o papel da escola é garantir o acesso e a permanência do aluno. Não basta esperar por soluções que venham verticalmente dos sistemas educacionais. Urge criar propostas que resultem de fato na construção de uma escola democrática e com qualidade social, fazendo com que os órgãos dirigentes do sistema educacional possam reconhecê-la como prioritária e criem dispositivos legais que sejam coerentes e justos, disponibilizando os recursos necessários à realização dos projetos almejados. Tendo como finalidade explicitar nossa proposta pedagógica, expressando a identidade desta escola/centro, onde estão presentes seus objetivos e desejo de mudança, para uma vida digna e justa socialmente.

A proposta pedagógica do Centro de Educação Infantil Tamanquinho de Anjo e da E.M.C.S. Profº Manoel Jacinto de Abreu foi elaborada a partir de encontros para discussões e debates envolvendo corpo docente, a direção, coordenação pedagógica e orientação educacional da instituição, a comunidade escolar, conforme previsto na Legislação Nacional: Lei de Diretrizes e Bases – LDB 9394/96, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, considerando ainda os dizeres constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei nº8069/90).

O Centro e a Escola têm como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físicos, psicológicos, intelectual e social,

complementando a ação da família e do meio onde convive. Os principais objetivos da escola são: atribuir competências e habilidades a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, respeitando-se os limites de seus processos de desenvolvimento, a diversidade e a singularidade de suas possibilidades, construir autonomia, espírito de cooperação, reciprocidade, produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre todos os segmentos envolvidos, favorecer a transformação grupal através do respeito mútuo, do diálogo, da participação e engajamento, garantir o acesso e permanência com sucesso a todos.

Todos estes objetivos visam melhorar a qualidade de ensino e permitem o exercício ativo da cidadania. O Projeto Político Pedagógico está embasado na busca e na construção de uma educação plena, com o envolvimento de educadores, pais, alunos e funcionários, pois sabemos que temos em nossas mãos cidadãos em formação e transformação, cabendo a nós garantir a qualidade dos serviços educacionais oferecidos às crianças.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Veiga (2002) diz que a escola, em geral, dispõe de dois tipos básicos de estrutura: a administrativa e a pedagógica. A estrutura administrativa compreende a locação e gestão de recursos humanos, físicos e financeiros e dá sustentação à estrutura pedagógica. Um projeto Político Pedagógico que visa definir as questões de ensino-aprendizagem, de política, a metodologia e o currículo sem organização da estrutura administrativa não consegue dar conta das demandas da escola. O importante é que a escola construa o seu Projeto político Pedagógico e seu Projeto Administrativo.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

É papel do diretor escolar conhecer os assuntos técnicos, pedagógicos, administrativos, financeiros e legislativos, demonstrando competência técnica e qualificação para exercer as atribuições que a função exige. O gestor deve, portanto, acompanhar o processo de ensino, analisar os resultados, fazer compartilhar as experiências docentes bem sucedidas de formação continuada.

A equipe administrativa da E.M.C.S. Prof^o Manoel Jacinto de Abreu e do C.M.E.I. Tamanquinho de Anjo é composta pelo Diretor da Escola, Diretor do Centro e Especialista de Educação que atende as duas instituições. As principais características que compõem a equipe administrativa da escola e do centro são: disposição para o trabalho coletivo, iniciativa e firmeza para realização das ações, espírito solidário e ético, liderança democrática e capacidade de mediação, capacidade de auto – avaliação e avaliação do grupo, transparência e coerência nas ações, integridade, produtividade, entusiasmo, criatividade e iniciativa.

A Gestão Administrativa é feita através de recursos recebidos do Governo Federal (PDDE – Programa dinheiro direto na escola) que utilizado para garantir a compra de equipamentos e materiais diversos para a manutenção da escola, recursos da Prefeitura Municipal (Subvenção Social) que não podem ser utilizados na compra de equipamentos, somente para manutenção do ensino e Contribuição Voluntária, que são doações voluntárias feitas pelos pais, arrecadações em festas extracurriculares, rifas, entre outras.

Uma boa organização administrativa requer a participação da comunidade escolar nos processos de decisão e implementação coletiva de metas, objetivos, estratégias, quer sejam a respeito dos aspectos pedagógicos, quer sejam relativos à gestão administrativa, dos recursos humanos e financeiros.

Portanto, a gestão administrativa deve ser compartilhada, coletiva, participativa, democrática e que todos juntos, diretor, pais, comunidade, professores, alunos, funcionários, busquem caminhos, soluções para os entraves e consigam realizar o sonho coletivo de todos: todos os alunos aprendendo.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

O sucesso do processo pedagógico deve ser a finalidade principal da gestão escolar. Deve estar focado em ações (pessoal, material, patrimonial, financeira, etc), buscando viabilizar o principal objetivo da escola: a aprendizagem, o conhecimento dos alunos.

Privilegiar o bom andamento do processo pedagógico garante o sucesso dos alunos e propiciar ações que impeçam o fracasso são propósitos que devem se constituir permanentes. A construção coletiva do projeto político pedagógico, as avaliações internas e externas, o plano de intervenção pedagógica são práticas que possibilitarão a aprendizagem a todos e em todos os tempos da escola, sendo responsabilidade coletiva.

A E.M.C.S. Profº Manoel Jacinto de Abreu e do C.M.E.I. Tamanquinho de Anjo buscam através da elaboração de projetos com a participação de todos os segmentos escolares desenvolver atividades que contemplem o sucesso do processo de ensino – aprendizagem. São perguntas freqüentes que norteiam todo o trabalho pedagógico na escola: que escola temos? Que escola queremos? Em que contexto a escola está inserida? Quais e quem são os “usuários” da escola? O que esses “usuários” estão aprendendo? O que eles esperam da escola, o que eles buscam? Quais são os anseios e as reais necessidades dos alunos, professores e pais? Que caminhos tomar com relação aos resultados das avaliações internas e externas? Tudo isto alicerçado com o desenvolvimento de ações positivas, fazendo com que todos os alunos aprendam, zelando pelo melhor ensino, pela educação de qualidade para assim atingir as metas pactuadas.

A construção de conhecimento se resulta das ações do indivíduo em relação ao mundo que o rodeia, dos objetivos, das pessoas e de suas próprias descobertas.

Ao observarmos as práticas dos professores percebemos que muitos têm a consciência de que o aluno deve ser o autor na construção do conhecimento e, neste contexto, o professor deve ser o facilitador nessa construção e não entregar para o aluno tudo pronto e acabado.

Na Educação Infantil essa construção é fundamental para o desenvolvimento da criança, pois só vivenciando, tocando, brincando, experimentando é que as crianças aprendem.

Os professores da instituição sabem da importância do aluno ser um sujeito ativo e buscam de acordo com a nova proposta educacional e reformulação de currículos escolares, ensinar conteúdos partindo de materiais concretos para o

abstrato, utilizando dos mais variados métodos em atividades contextualizadas, propondo ao aluno ser o próprio agente do processo de construção do conhecimento.

Sendo assim, os professores são conscientes de que é nos primeiros anos escolares que a criança deverá construir progressivamente conceitos como classificação, seriação, quantificação, espaço, tempo, medida, agindo sobre os objetos e retirando dessas experiências informações diversas. Para tal, os professores acompanham sistematicamente os progressos da criança, aprendendo a atribuir significações àquilo que ela faz quando age sobre os objetos. Os professores sabem que reconhecer a sua produção como cultura é a base para o desenvolvimento de práticas que tragam a criança como protagonista.

Os recursos de avaliação dos professores também são bastante diversificados, utilizam relatórios, fichas individuais, construção de portfólios individuais dos alunos.

Há de se definir caminhos pedagógicos explicitados no espaço escolar favorecendo o encontro da cultura infantil, valorizando as trocas entre todos que estão ali. E, sobretudo, valorizar a construção de autonomia, por meio da qual as crianças possam recriar as relações da sociedade em que estão inseridas e possam expressar suas emoções e formas de ver e de significar o mundo.

O alicerce da proposta escolar é uma prática pedagógica crítica viável, que leve em consideração a prática social e tenha compromisso de solucionar os problemas da educação e da escola. Os princípios norteadores que fundamentam e embasam a proposta pedagógica para a escola/centro são:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o que significa trabalhar no sentido de garantir acesso e permanência de todos na escola/centro e com qualidade;
- Escola/centro de qualidade é direito de todos;
- Gestão democrática como princípio consagrado pela Constituição federal de 1988 e que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Todos os segmentos da comunidade escolar devem participar do processo de decisão;
- Liberdade como outro princípio constitucional, associado à idéia de autonomia, significando a possibilidade de a escola/centro se orientar a partir de suas próprias regras e necessidades;

- Valorização do magistério como princípio central na discussão do Projeto Político Pedagógico, pois deve ser garantida ao professor, formação (inicial e continuada), boas condições de trabalho;

3. CURRÍCULO

De acordo com o Guia de Estudos para Certificação Ocupacional do Dirigente Escolar (2006) defini-se currículo como um conjunto de ações que cooperam para a formação humana. Nesse sentido, falar de currículo é falar de uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. O currículo preside as atividades educativas escolares, defini suas intenções e proporciona subsídios para a execução das ações.

O que ensinar, quando ensinar, como ensinar e como avaliar são questões que devem estar presentes em um currículo. Assim, compreender o Currículo Escolar significa entender todo o conjunto de atividades desenvolvidas na escola, na qual a função principal é construir e produzir conhecimentos.

O currículo é muito mais do que um conjunto de saberes dividido em áreas de conhecimento, disciplinas, atividades, projetos, ciclos, módulos de ensino, eixos e outras formas de dividir o tempo, o currículo é o coração da escola, é o que a escola tem para oferecer de mais precioso para seus alunos.

Existe um acordo cada vez mais amplo sobre o fato de que, com as mudanças sociais, políticas, culturais e demográficas, associadas à chamada sociedade da informação, estamos assistindo atualmente a uma transformação sem precedentes da educação escolar. Esta transformação já está afetando visivelmente o quando, o onde e também o quê e o para que as crianças e adolescentes aprendem nas escolas. Nesse novo cenário, parece cada vez mais evidente a necessidade de incorporar ao currículo escolar novos conhecimentos, novas destrezas e habilidades, novos valores, novas competências.

No contexto atual é de suma importância identificar a bagagem de competências, habilidades, conhecimentos, valores e atitudes que os educandos precisam adquirir. E tudo isto pode ser contemplado no currículo. O currículo deve buscar constantemente a construção de significados, sua compreensão deve partir

do concreto, buscando na realidade em que está inserido um norte para todo o trabalho pedagógico, devendo ser visto como uma ferramenta escolar na produção de conhecimentos. Não podemos pensar em uma instituição escolar, em uma instituição que forma seres humanos, sem pensar em currículo e seus objetivos.

Uma tarefa de tal magnitude e importância, entretanto, deve ser abordada com cautela, sem urgências conjunturais, dando-se tempo e espaços para a análise, a reflexão e o debate, acolhendo-se elaborações, subsídios e pontos de vistas diversos, buscando-se o maior grau de consenso possível.

A organização curricular da E.M.C.S. Profº Manoel Jacinto de Abreu é separada através do regime de ciclos até 3º ano e regime seriado 4º ano e 5º ano.

Na Educação Infantil tem se por base o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil em que são trabalhados os eixos: movimento, natureza e sociedade, artes, matemática e linguagem.

No espaço da Educação Infantil, a escola deve oportunizar a criança um ambiente físico e social onde se sinta acolhida e segura para enfrentar desafios; à medida que tais desafios se ampliam, possibilitam-lhe aumentar o conhecimento de si mesma, dos outros e do meio em que vive, ao mesmo tempo em que contribuem para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como: autonomia, criatividade, expressividade e solidariedade.

No Ensino Fundamental a escola apresenta no Currículo uma Base Nacional Comum e uma parte diversificada. Na Base Nacional Comum a escola trabalha Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências da Natureza, Arte, Educação Física, Ensino Religioso. Na parte diversificada temos a Literatura. Além disso os professores trabalham projetos diversificados de Cultura, Teatro, entre outros. Toda a organização curricular é embasada nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na LDB.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O meio é fruto do homem e, por isso mesmo, ele pode ser modificado ou conservado segundo a sua vontade, essa que, se educada para a cidadania, para o

respeito mútuo, para a valorização das diferenças, para o respeito ao meio ambiente, ao cuidado consigo e com o outro encontrará canais abertos para se efetivar e buscar o sucesso do processo de ensino aprendizagem e a formação de uma sociedade mais justa.

A maioria dos alunos que freqüentam a instituição vem das classes populares, trazendo consigo conhecimentos, hábitos, habilidades, vivências e uma curiosidade inesgotável de entrar em contato com o mundo que desconhecem e uma necessidade afetiva de atenção e carinho. Atualmente encontram-se matriculados na instituição 110 alunos distribuídos em 7 turmas nos turnos matutino e vespertino. Está integrada a escola C.M.E. I Tamanquinho de Anjo que atende 50 alunos de 0 a 5 anos.

As turmas são formadas por idade cronológica. Para atuar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, o docente deverá ter a habilitação exigida na lei 9394/96.

A escola atende crianças com necessidades educacionais especiais, mas não conta com um psicopedagogo. Atendendo crianças em parceria com a APAE, acreditando nos diversos caminhos para a aprendizagem, criando uma escola da qual todos façam parte, independentemente de seu talento, necessidade, situação socioeconômica. A instituição oferece aos professores por meio de reuniões, debates, cursos e sensibilização formas de acolher os alunos com necessidades educacionais especiais, buscando assim novas propostas educacionais.

A criança quando vai à escola, espera encontrar nela um espaço no qual possa crescer, desenvolver suas habilidades, socializar, fazer descobertas, aprender, encantar, satisfazer, enfim, se tornar uma pessoa melhor e com mais oportunidades para enfrentar os desafios da vida. Sendo inegável o papel do professor como estimulador e motivador para que esta possa realizar todos os seus anseios.

O professor é para o aluno um exemplo a ser seguido. O fazer pedagógico deve estar voltado para o desenvolvimento integral do aluno. Muitos são os envolvidos neste processo: diretor, supervisor, professores e pais. A escola deve funcionar de maneira harmônica.

No espaço escolar é ofertado uma rotina rica e flexível, respeitando as diferenças individuais dos alunos e as características de cada turma. Oferecendo espaços ricos em aprendizagens: sala de informática, biblioteca, espaços para interação (jogos, brincadeiras), entre outros.

A maneira como o professor desenvolve suas aulas é de suma importância para que ocorra o sucesso do processo de ensino – aprendizagem. É desenvolvido o trabalho levando-se em conta todas as especificidades dos alunos, tudo é planejado antecipadamente. As atividades desenvolvidas são de acordo com a proposta pedagógica da escola e de acordo com o nível de cada turma. A avaliação é feita através da observação e registro em fichas e também através de portfólios dos alunos e da professora. As professoras trabalham também através de projetos, principalmente os projetos de leitura, escrita e que envolvam matemática.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

Através de uma gestão democrática a relação da escola com a comunidade é realizada com a participação dos pais e funcionários em reuniões e também formação do colegiado para tomar decisões e traçar objetivos, buscando assim um ensino de qualidade.

Com reuniões, palestras, trabalho voluntário é possível oferecer uma maior participação da comunidade, contando com uma equipe capacitada, unida e experiente, comprometida com os melhores resultados, garantindo assim um espaço de afetividade, conhecimento, crescimento físico e psico – social.

A instituição apresenta uma boa aceitação quanto às necessidades de buscar meios de “gestão participativa”, isto é feito através de motivações diversas. Apesar disto, a equipe administrativa e pedagógica da escola ainda considera pequena a participação da comunidade. A equipe ainda salienta que a comunidade precisa de um trabalho diferenciado não só por parte da escola, mas também na parte de assistência social, saúde e lazer.

Para que ocorra realmente a gestão democrática é essencial que se faça uma “leitura” detalhada da realidade do entorno da escola, e para que isso ocorra todos os profissionais da educação envolvidos devem ter competência técnica, política e humana, pois só assim poderão superar os obstáculos que possam surgir na conquista de uma escola realmente cidadã.

Portanto, vivenciar a gestão democrática nas escolas significa estar em consonância com esse momento de cidadania que reclama uma participação cada

vez mais e atuante da sociedade. A participação na gestão da educação e da escola é um processo de conquista, que ajuda a comunidade a contribuir na tomada de decisões nas escolas e também na construção de políticas educacionais.

Conforme Lima (1988, p. 22) “O conceito de participação surge geralmente associado ao conceito de democracia”. É o que todos os educadores esperam, mas ainda temos escolas muito longe desta realidade. A escola busca meios para que a participação aconteça, mas muitos pais ainda não se conscientizaram da importância da participação, na busca de uma escola pública de qualidade. O autor ainda afirma que a não-participação é um ponto negativo para toda escola, destacando que todos os envolvidos na educação saem perdendo: pais, professores, alunos, etc

Portanto, a construção de um projeto político pedagógico coletivo com a participação de toda a comunidade escolar constitui a identidade de cada escola e é, sem dúvida, o instrumento primordial que permite uma gestão democrática. Assim, a participação de professores, alunos, pais e funcionários na organização da escola, na escolha dos conteúdos a serem ensinados, nas formas de administração da mesma, será tão mais efetivamente democrática, na medida em que o componente domine o significado social das suas especificidades numa perspectiva de totalidade, isto é, se o significado social da prática de cada um é capaz de desenvolver a autonomia e a criatividade na reorganização da escola para melhor propiciar a sua principal finalidade: o educar, no sentido amplo da palavra.

6. RELAÇÕES DE TRABALHOS

A criança ao entrar na escola deve se sentir segura e protegida, para que possa ter um desenvolvimento saudável e adequado tanto no contexto escolar, quanto no meio social em que vive. E dentro do contexto escolar é necessário que haja um estabelecimento de relações interpessoais, apoio e aceitação para que se possa assim atingir com sucesso todos os objetivos do processo educativo. Assim a criança se desenvolverá plenamente. Sendo que no ambiente escolar deverá encontrar um ambiente harmonioso, em que todos os profissionais estejam em busca de um só objetivo.

As relações de trabalho são construídas através do desenvolvimento de uma consciência crítica, no envolvimento das pessoas: a comunidade interna e externa à escola, na participação e na cooperação das várias esferas de governo, na autonomia, responsabilidade e criatividade através de uma gestão democrática. Desenvolvendo o espírito de cooperação, reciprocidade, produzindo conhecimentos e criando relações positivas e democráticas entre todos os segmentos envolvidos, favorecendo a transformação grupal através do respeito mútuo, do diálogo, da participação e engajamento, garantindo o acesso e permanência com sucesso a todos.

Antes de realizar o diagnóstico dos problemas, a escola precisa ter claro seus objetivos, metas e intenções, isto é, qual é a tarefa que pretende realizar. Esse será o referencial que vai servir de base para a análise dos problemas. Para clarear suas intenções e diagnosticar os problemas escolares, é muito importante dar a palavra a todos os segmentos (pais, alunos, professores, funcionários), escutando suas expectativas, queixas e dificuldades. Isto permite que a escola seja compreendida a partir de diferentes pontos de vista, nestas discussões, os problemas devem ser mapeados, analisados, hierarquizados, para que as soluções possam ser pensadas e planejadas de acordo com as prioridades e as condições existentes.

7. AVALIAÇÃO

A avaliação, principalmente a de desempenho escolar, deve responder a perguntas bastante conhecidas de todos nós: avaliar para quê? O quê? Quando? E como?

Assim, a avaliação pode ser considerada como um processo intencional, que deve ser planejado e conduzido de forma sistemática sem, no entanto desprezar os aspectos informais que emergem no cotidiano escolar.

...partindo de uma perspectiva ampla, entende-se por avaliação a realização de um conjunto de ações encaminhadas para recolher uma série de dados em torno de uma pessoa, fato, situação ou fenômeno, com o fim de emitir um juízo sobre o mesmo. Costuma-se considerar que esse juízo se expressa em função de alguns critérios prévios e com a finalidade de recolher evidências para uma posterior tomada de decisões. (HERNÁNDEZ.1998, p.94)

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar e redirecionar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição.

A lei 9394/96 estabelece em seu artigo 31, que “a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registros do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

A avaliação constitui parte integrante do processo educativo e sua função diagnóstica se reforça, pois a partir da reflexão a respeito dos resultados observados, o professor poderá planejar mais seguramente propondo atividades que permitam avanços no desenvolvimento da criança. São muitas as formas de avaliação na Educação Infantil: relatório, registros, portfólios, entre outros. Neste contexto é fundamental que o professor desenvolva sua capacidade de observação: a criança deve ser observada nas mais diversificadas atividades: o que sabe fazer sozinha, o que consegue fazer com ajuda (mediação) e até mesmo o que não consegue fazer, pois só assim o professor poderá criar situações concretas de aprendizagem, caminhando gradativamente para o sucesso.

A avaliação deve ser entendida como um conjunto de ações que auxiliam o professor a refletir sobre as condições de aprendizagem oferecidas, para que este possa readequar e ajustar sua prática as necessidades colocadas pelas crianças. Dessa forma, a avaliação escolar é um instrumento pedagógico que necessita ser visto com outros olhos, tornando a prática dos educadores mais reflexiva e menos autoritária, pois além de ser parte integrante do processo de ensino aprendizagem, é para o professor um instrumento para aferir grau de interação com seus alunos.

Enfim deve-se entender a avaliação como um elemento imprescindível na prática pedagógica diária, funcionando como um subsídio dessa prática diária, no sentido de regular as ações que permitem levar o bebê à idade adulta de forma amorosa, cuidadosa e responsável.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 21), “A criança como todo ser humano é um sujeito social e

histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico.” Assim é papel do professor observar todas as formas de expressão das crianças: suas produções, a capacidade de concentração, seus progressos e retrocessos e tudo que possa contribuir para ajudar na avaliação e no replanejamento da ação educativa.

O processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil se faz a todo instante, trabalhando a sensibilidade, solidariedade, cooperação e autonomia. Desenvolvendo a construção de conhecimentos e valores de personalidade e cidadania. Isto é, o desenvolvimento coordenado no plano físico, psíquico, cognitivo e social da criança, sua maneira de sentir, pensar e agir. O professor deve trabalhar de acordo com a realidade social. Utilizando métodos pedagógicos essenciais para as necessidades, visando sempre uma avaliação diária, onde acompanha o progresso do aluno. (Cristiane Silva Piedade Lima, professora do 2º período)

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na seção II, referente à Educação Infantil, artigo 31, preconiza que: "(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental".

O processo avaliativo na Educação Infantil deve ser um processo originado a partir da reflexão da ação e a observação da criança, isso não significa definir um novo parecer descritivo ou adicionar novos quesitos as fichas, ou optar por relatórios. Ao avaliar o professor tem que ter em mente que muitas são as forças que interferem no complexo processo de avaliar: a relação escola/família, as condições de trabalho do professor, a didática utilizada, o contexto histórico – social em que a criança está inserida, a forma como o professor lida com as diferentes formas de aprender, e que caminhos o educador irá seguir para que o processo de ensino – aprendizagem realmente se efetive.

Na Educação Infantil a avaliação deveria privilegiar os interesses e as necessidades de cada criança, confiar em suas tentativas de aprender erro/acerto, valorizar suas descobertas. Assim, poderíamos dizer que realmente estamos chegando a um modelo avaliativo centrado na criança, e que tal modelo ajudará a formar o adulto de amanhã. Podemos perceber, contudo, que na Educação Infantil a

avaliação se pauta basicamente pela observação e registro. Uma perspectiva de acompanhamento do processo de desenvolvimento, podendo ser apontada na seguinte direção:

- _Observação da criança fundamentada no conhecimento de suas etapas de desenvolvimento.
- Oportunização de novos desafios com base na observação e reflexão teórica.
- Registro das manifestações das crianças e de aspectos significativos de seu desenvolvimento.
- Diálogo freqüente e sistemático entre os adultos que lidam com a criança e os pais ou responsáveis.
- No caso de comunicação aos pais, é muito mais significativo o parecer descritivo (relatório) do desenvolvimento da criança, que a emissão de conceitos ou menções. (VASCONCELLOS, 1994, p.59)

É importante analisar o significado pedagógico da avaliação no contexto da educação infantil, resgatando seus pressupostos básicos e evitando seguir modelos uniformes de uma prática tradicional e classificatória. Ainda que avaliar implique alguma espécie de medição, a avaliação é muito mais ampla que a medição ou a qualificação. Transformar a prática avaliativa na Educação Infantil ou em qualquer outra etapa de ensino significa questionar a educação desde as suas concepções, seus fundamentos, sua organização. Significa mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes, entre outras. Assim Hoffman destaca que:

Os educadores percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados. Exercem essas ações, de forma diferenciada. Assim é, por exemplo, a atitude de muitos professores de pré-escola e de séries iniciais. Seu cotidiano revela um efetivo acompanhamento do desenvolvimento dos alunos a partir de um relacionamento afetivo e busca de compreensão de suas dificuldades. Ao final de um semestre ou bimestre, entretanto enfrentam a tarefa de transformar suas observações significativas e conscientes em registros anacrônicos, sob a forma de conceito classificatórios ou listagens de comportamentos estanques (elaborados em gabinetes de supervisão e orientação). Esse professor não compreende e com toda razão, esse segundo momento como educação. Violenta-se e cumpre a exigência da escola sem perceber que a ação avaliativa se faz presente de forma efetiva na sua ação educativa. E que o equivoco se encontra nas exigências burocrática da escola e do sistema. (HOFFMANN, 2000 – p.16)

A avaliação na Educação Infantil assume papel essencial, não num sentido classificatório. Mas numa perspectiva de acompanhamento do desenvolvimento infantil, trazendo elementos de crítica e transformação ativa para o trabalho. Neste processo todos devem ser avaliados: professores, alunos, equipe pedagógica, método. O olhar teórico – reflexivo do professor da educação infantil sobre o meio social e cultural da criança é imprescindível, pois cada criança tem sua individualidade e suas potencialidades. Precisamos repensar nossas práticas buscando compreender e a diversidade de crianças que estão em nossas salas de aula, tornando as práticas avaliativas ferramentas necessárias ao acompanhamento das aprendizagens, contribuindo para o desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, a avaliação escolar é um instrumento pedagógico que necessita ser visto com outros olhos, tornando nossa prática mais reflexiva e menos autoritária, pois além de ser parte integrante do processo de ensino aprendizagem, a avaliação é para o professor um instrumento imprescindível para aferir grau de interação com seus alunos.

Portanto, nesse espaço de cuidar/educar é preciso compreender e respeitar as especificidades da criança. Uma vez que devemos evitar a cristalização de práticas dificultando o seu desenvolvimento, pois a criança é um ser que pertence a um contexto sócio – econômico – cultural, possuidoras de uma história de vida e apresentando várias dimensões a serem desenvolvidas e que acima de tudo são crianças.

Para concluir podemos citar Rubem Alves que diz na orelha de seu livro: *Conversas sobre Educação*: “Não existe nada mais fatal para o pensamento que o ensino das respostas certas. Para isso existem escolas: não para ensinar as respostas, mas para ensinar as perguntas. As respostas nos permitem andar sobre terra firme. Mas somente as perguntas nos permitem entrar pelo mar desconhecido. O nosso maior anelo é que as crianças criem o gosto pelo saber, que elas procurem o conhecimento para desvendar os mistérios da vida e os que ela for encontrando. Que suas mentes estejam sempre despertas e ativas para fazerem perguntas, questionarem e encontrarem as respostas como fruto de suas observações, reflexões e análises.”

A avaliação institucional também faz parte do processo, a cada bimestre através de questões objetivas permitindo a participação coletiva da comunidade e

dos profissionais que compõem a instituição. Através de reuniões pedagógicas e administrativas com funcionários do Centro e da Escola serão debatidos os pontos fortes e também as imperfeições. Este trabalho busca ampliar os diferentes olhares sobre o espaço, visando construir um ambiente rico em aprendizagens. A partir dos resultados, serão traçadas estratégias, para melhorar cada vez mais a instituição. É importante ressaltar que nenhuma das sugestões para avaliação institucional é exigida de forma autoritária, mas sim fruto de uma discussão coletiva que deve ser adequada a sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto político-pedagógico da escola/centro deve ser bem construído e administrado, ajudando de forma decisiva a alcançar os seus objetivos. Quando este não é bem elaborado e não tem objetivos claros a serem alcançados pode significar um descaso com a instituição, com os alunos, com a educação em geral, o que, certamente, refletirá no desenvolvimento da sociedade em que a escola estiver inserida.

Diante disto Freitas (2004) afirma que:

O projeto pedagógico não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola. É um resumo das condições e funcionamento da escola e ao mesmo tempo um diagnóstico seguido de compromissos aceitos e firmados pela escola consigo mesma – sob o olhar atento do poder público. (FREITAS, 2004 - p. 69)

Através da análise do projeto político pedagógico percebemos que a escola é o lugar da concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo, uma vez que organiza seu trabalho pedagógico baseando-se em sua realidade, sendo norteadada por referenciais ditados pelo sistema de ensino. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é construído e vivenciado por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. É uma ação intencional e um compromisso definido coletivamente, o qual se relaciona a duas dimensões política e a dimensão que define as ações educativas. O PPP trás também os propósitos gerais que orientam a prática da escola e justificam sua estrutura organizacional, onde são estabelecidas as relações entre os membros da comunidade escolar, formas de participação e mecanismos de tomada de decisão.

Ao analisar o PPP da escola percebe-se que a importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da escola. É uma ação intencional que foi definida coletivamente, com conseqüente compromisso coletivo. O projeto reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e

transformador da sociedade em que vive, expressando as atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar os seus objetivos educacionais.

No contexto da escola vê-se que a importância do projeto político-pedagógico está no fato de que ele passa a ser uma direção, um rumo para as ações da instituição. É uma ação intencional que foi definida coletivamente, com conseqüente compromisso coletivo. O projeto reflete as opções e escolhas de caminhos e prioridades na formação do cidadão, como membro ativo e transformador da sociedade em que vive, expressando as atividades pedagógicas e didáticas que levam a escola a alcançar os seus objetivos educacionais.

Para se alcançar realmente os objetivos, é de fundamental importância que a construção e o acompanhamento do projeto político-pedagógico estejam alicerçados em uma administração participativa, coletiva, em que as decisões sejam democratizadas e que o seu processo de avaliação e revisão seja uma prática coletiva constante, como oportunidade de reflexão para mudanças de direção e caminhos.

O projeto político pedagógico trás a contextualização e caracterização da escola, a concepção da educação e da prática pedagógica onde são definidos o perfil do aluno e os princípios norteadores da prática. Também trás o diagnóstico, ou seja, as necessidades, prioridades, decisões e estratégias de ação, os objetivos a serem atingidos e a estrutura e funcionamento da instituição.

Concluindo a formalização do projeto político pedagógico da escola assume um importante papel como o momento de registro e do “re-ver”, através dessa reflexão interferimos diretamente em nossa prática. Para que se possa construir o PPP, a escola deve ter autonomia e se basear em um referencial que tenha uma teoria pedagógica compromissada em solucionar problemas educativos e de ensino.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L. E. **A gestão da educação**: seu significado a partir de propostas pedagógicas institucionais. Texto apresentado no III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21-25 de julho de 1997. Unicamp – São Paulo, Brasil.

ALVES, Rubens. **Conversas Sobre Educação**. Rio de Janeiro: Editora: Verus. 2003

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 25/04/2013

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Brasília: v.1/ v.3l. MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/1996)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1996. 29p.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>. Acesso em 28/04/2013

CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: **Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/04/2013

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 26/04/2013

ESCOLA DE GESTORES. MEC. **Avaliação institucional**: elementos para discussão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 27/04/2013

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 20 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001;

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br. Acesso em 28/04/2013

_____.L. C. et al. Dialética da inclusão e da exclusão: por uma qualidade negociada e emancipadora nas escolas. In: **Escola Viva: elementos para a construção de uma educação de qualidade social**. GERALDI, C. M. G.; RIOLFI, C. R.; GARCIA, M. F. Campinas: Mercado de Letras Edições e Livraria Ltda., 2004.

*GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão**. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>. Acesso em 26/04/2013

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A Organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação – os projetos de trabalho**, Porto Alegre: 1998

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação na pré – escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre, Mediação: 1996.

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção da pré-escola à Universidade**. 8. ed., Porto Alegre : Mediação, 2000.

LIMA, Licínio. **A escola como organização educativa**: uma abordagem sociológica. São Paulo: Cortez, 1988.

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em: <http://www.org.curriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf>. Acesso em 28/04/2013.

MINAS GERAIS. **Guia do Diretor Escolar**. Secretaria de Educação de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 28/04/2013.

_____. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/04/2013

PASCHOALINO, Jussara Bueno de Queiroz. **O Professor Desencantado: Matizes do Trabalho docente**. Belo Horizonte: Armazém de Ideias, 2009. 152p.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 25/04/2013

_____. **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 26/04/2013.

_____. **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição** – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 27/04/2013

VASCONCELLOS, Celso S. Vasconcellos. **Planejamento - Avaliação da aprendizagem: Práxis de mudança – Por uma práxis transformadora**, São Paulo: Libertad, 1994.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15.ed. Campinas: Papirus Editora, 2002.

ANEXOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG
"TERRA DO PADRE VICTOR"
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CALENDÁRIO 2013 CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

JANEIRO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

FEVEREIRO 17 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28		

MARÇO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24/31	25	26	27	28	29	30

ABRIL 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO 21 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO 20 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

JULHO 23 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

AGOSTO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

SETEMBRO 20 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

OUTUBRO 23 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

NOVEMBRO 20 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO 21 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

- LEGENDA**
- Início e Encerramento do Ano
 - Feriados
 - Feriado Letivo Municipal - 03/07
 - Feriado Municipal - 23/08
 - Recessos
 - Semana de Educação para a Vida - 25/11 a 29/11/13
 - Dia do Funcionário Público
 - Dia Nacional da Consciência Negra
 - Dia Nacional da Educação Infantil



PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS PONTAS - MG
"TERRA DO PADRE VICTOR"
ADMINISTRAÇÃO 2009/2012
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



CALENDÁRIO ESCOLAR 2012

JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

FEVEREIRO 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	

MARÇO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

ABRIL 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

MAIO 22 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

JUNHO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

JULHO 12 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

AGOSTO 23 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

SETEMBRO 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

OUTUBRO 18 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

NOVEMBRO 19 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DEZEMBRO 10 dias						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

- LEGENDA**
- Início e Encerramento do Ano Letivo
 - Planejamento e Reunião - 31/01
 - Planejamento e Reunião extra-ano
 - Feriados
 - Feriado Letivo Municipal - 03/07
 - Feriado Municipal - 23/08
 - Recessos
 - Semana de Educação para a Vida - 26/11 a 30/11/12
 - Dia do Funcionário Público
 - Dia Nacional da Consciência Negra

PLANO CURRICULAR – 2012
E.M.C.S. PROFº MANOEL JACINTO DE ABREU
TV. JOAQUIM VIEIRA MARQUES, Nº 39
DISTRITO DE QUILOMBO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
TRÊS PONTAS/MG

ÁREAS DE CONHECIMENTO		1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Base Nacional Comum Art. 26 da Lei 9394/96	Língua Portuguesa	08	240h	08	240h	08	240h	08	240h	08	240h
	Matemática	06	240h	06	240h	06	240h	06	240h	06	240h
	História	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h
	Geografia	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h
	Ciências	02	80h	02	80h	02	80h	02	80h	02	80h
	Educação Física	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h
	Educação Religiosa	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h
	Artes	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h
	Total	20	800h	20	800h	20	800h	20	800h	20	800h
Parte Diversificada											
	Literatura	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h	01	40h
	Total	21	840h	21	840h	21	840h	21	840h	21	840h

Indicadores Fixos

Dias Letivos: 200

Semanas Letivas: 40

Duração do Módulo: 60 minutos

Duração de recreio: 15 minutos diários

Carga horária anual: 800h

Glória Lídia Magalhães
 Glória Lídia Magalhães
 Secretária Municipal de Educação

Observações

- **Artes e Literatura:** será ministrada pelo professor Regente de Turma.
- **Educação Ambiental:** permeará todas as disciplinas conforme Lei 9.796/99 Art. 10 §1º.
- **Educação Religiosa:** a escola programará no âmbito da carga horária atividades curriculares para os alunos que não optarem pela Educação Religiosa.
- Preparação para o trabalho consistirá de planejamento curricular do estabelecimento de ensino e será desenvolvido sob forma de atividades integradas à Base Nacional Comum Art. 26 da Lei 9394/96 e Parte Diversificada.

Glória Lídia Magalhães
 Glória Lídia Magalhães
 Insutora Escolar
 Insp 336194-9 - Reg REC693

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 DATA: 27/07/2012
 Ataide de Paula Paiva
 ANE - Insp 141 974.0